
*CERES E RIO VERDE:
Dois Momentos no Processo de
Expansão da Fronteira Agrícola(*)*

IGNEZ COSTA BARBOSA FERREIRA
*Geógrafa, Professora da Universidade de Brasília
Brasília, DF*

RESUMO

Por “fronteira” entende-se o processo de ocupação de um espaço reputado vazio. O vazio pode ser tanto demográfico como econômico ou jurídico, e o espaço se encontra tanto na floresta amazônica, como nos cerrados ou em qualquer lugar do Brasil. A partir de dois estudos de caso, dentro do contexto físico e histórico, nos propomos a dar testemunho sobre dois momentos da expansão da fronteira agrícola no Estado de Goiás, e sobre suas conseqüências atuais no âmbito da organização da produção, do emprego e da urbanização.

Palavras-chave

Fronteiras agrícolas — Colonização — Pequena produção agrícola — Emprego agrícola — Cidades da Fronteira — Soja — Brasil — Estado de Goiás — Mato Grosso de Goiás.

*CERES ET RIO VERDE:
Deux Moments de L'Expansion de la Frontière Agricole
dans l'État de Goiás*

RÉSUMÉ

On entend communément par “frontière” le processus d’occupation d’un espace réputé vide. Ce vide peut être démographique, comme économique ou juridique, et l’espace peut se trouver dans la forêt amazonienne, comme sur les terres des cerrados, comme en tout lieu du Brésil. A partir de deux études de cas, au contexte historique et physique différent, on se propose d’apporter un témoignage sur deux moments de l’expansion de la frontière agricole dans l’Etat de Goiás, et sur leurs conséquences actuelles dans le domaine de l’organisation de la production, de l’emploi et de l’urbanisation.

Mots-clés:

Frontières agricoles — Colonisation — Petite production agricole — Emploi agricole — Villes de la frontière — Soja — Brésil — État de Goiás — Mato Grosso de Goiás.

*CERES AND RIO VERDE:
Two periods in the Expansion of the Agricultural
Frontier in the Goiás State*

ABSTRACT

“Frontier” generally means the process of occupation of a zone conside-

(*) Este trabalho contou com a participação, especialmente na parte de campo, das professoras: Marília Luíza P. de Oliveira e Leonor Bertone e da estagiária Nelba Penna, bolsista do CNPq.

redas vacant. This vacancy can be demographic as well as economic or legal and the zone can be situated in the Amazonian forest as well as on the lands of the cerrados, as in any zone of Brazil. On the basis of two case studies conducted under different historical and physical conditions, one intends to give evidence on two periods of the expansion of the agricultural frontier in the Goiás state and on their present consequences concerning the organization of production, employment and urbanization.

Key words

Agricultural frontiers — Colonization — Small-scale agricultural production — Agricultural employment — Frontier towns — Soya bean — Brazil — Goiás state — Mato Grosso de Goiás.

INTRODUÇÃO

A história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção. Foi assim desde a época da Colônia até os dias atuais. Ao longo do tempo a expansão se deu de formas diferentes e com características próprias, imprimindo no território novas formas de ocupação, de produção, de uso da terra e de apropriação do espaço.

A “frente pioneira” marcou um momento importante na expansão espacial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo. Intensificou-se depois da 1.^a Guerra Mundial, como admite Waibel (1958), para quem os preços elevados dos gêneros alimentícios e a ampliação do mercado interno, com o desenvolvimento das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, teriam sido as molas impulsoras do movimento pioneiro. A idéia de “frente pioneira” está intimamente relacionada à pequena propriedade, à expansão da produção por áreas virgens, preferencialmente de matas e não apropriadas anteriormente.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás, implantada no município de Ceres (GO), é um exemplo da “frente pioneira” com base no assentamento de pequenos produtores familiares/proprietários. Com o estudo de caso de Ceres, pretende-se analisar as transformações que ocorreram numa área de antiga frente pioneira (Fig. 1).

Atualmente, conquistas na área da ciência e da tecnologia, via industrialização, permitem o aproveitamento de terras, até então consideradas impróprias ao cultivo. Verifica-se a expansão por áreas já ocupadas anteriormente, que se convertem com novas produções, como no caso da grande lavoura comercial em terras de cerrado, onde se praticava a pecuária extensiva. Esta nova forma de avanço da fronteira está ligada à tecnificação da agricultura, ao investimento de capital, à intensidade da produção, à monocultura e à grande propriedade. Essa seria, então, a forma atual de expansão do espaço produtivo. Com o estudo de caso de Rio Verde (GO), pretende-se abranger, em parte, a problemática da nova fronteira incorporada pela grande lavoura tecnificada.

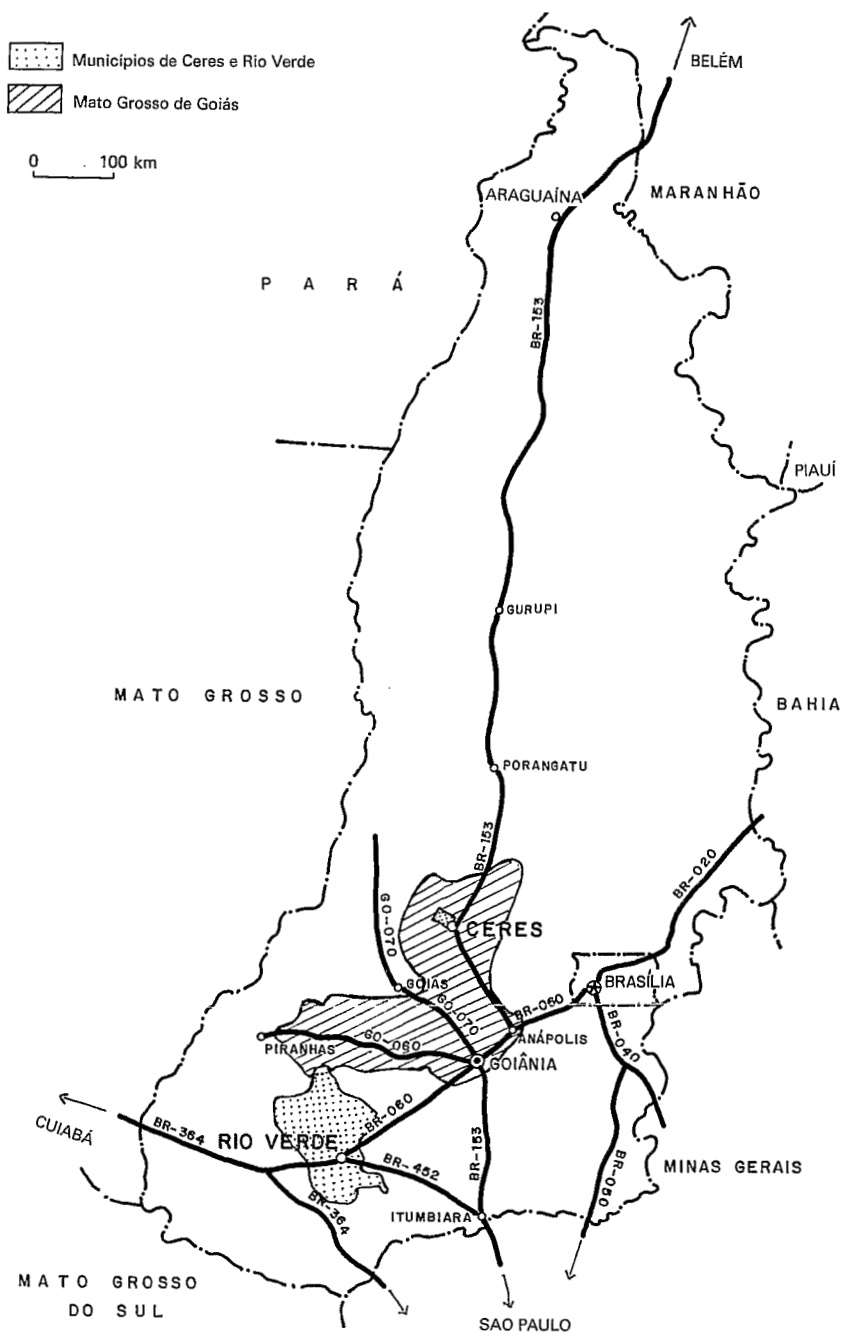


FIGURA 1 — O ESTADO DE GOIÁS

A questão da expansão territorial será então enfocada como um processo subordinado à lógica do processo de produção, que produz também o seu espaço. Com base nestas colocações, poder-se-ia admitir que a expansão se daria não obrigatoriamente por áreas desocupadas, mas também retomando áreas com uma história de ocupação implantada em fases anteriores da expansão territorial. Neste caso, elas passariam a se inserir no processo produtivo de forma diferente da anterior, via uma nova forma de ocupação e ou de apropriação, que aí se implanta. No território poderemos encontrar as diferentes formas de avanço da fronteira econômica que representam momentos desse processo. Em suma, admite-se que a expansão territorial não obrigatoriamente se daria reproduzindo formas anteriores, que tenderiam a ser superadas pelo próprio processo.

A ampliação do espaço da produção pressuporia, ainda, a reestruturação do espaço, o qual está permanentemente se ajustando às necessidades da produção, não sendo uma forma pronta, acabada.

Nos dias atuais, a problemática da abertura de novos espaços à produção agrícola é bastante pertinente. Questiona-se, de um lado, os resultados das “frentes pioneiras” e da colonização em termos de fixação do homem no campo e, de outro, a concentração fundiária resultante da tecnificação da produção agropecuária, nos últimos quinze anos, e o inaccessível à terra por grande massa de trabalhadores rurais, atualmente com residência urbana.

Com os dois estudos de caso dos municípios goianos de Ceres e de Rio Verde, pode-se estabelecer uma relação entre essas duas formas de expansão territorial. Note-se que em ambos os casos observa-se a perda de população rural e expulsão da mão-de-obra, que vai povoar novas áreas da fronteira ou se concentrar nas grandes cidades.

1. A FRENTE PIONEIRA DO MATO GROSSO DE GOIÁS

O movimento de estender territorialmente o espaço da produção, “movimento pioneiro” ou “pioneirismo”, dada a sua importância na abertura de novos espaços e na formação do território, e ainda pelo fato de envolver contingentes populacionais consideráveis, deslocando as correntes migratórias para a “nova fronteira” que está se abrindo, recebe então a denominação de “frentes”; segundo J.S. Martins (1975) podemos distinguir duas formas de avanço da ocupação do território: a “*frente de expansão*” e a “*frente pioneira*”.

Como “frente de expansão” se entenderia o movimento no qual a vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado, mas fornece produtos para a comercialização, não podendo, pois, ser classificada de economia natural. Tratar-se-ia de economia de excedentes, na qual os participantes têm como objetivo a produção para subsistência e secundariamente a troca dos produtos (Martins, 1975). Ela se integra à economia de mercado por dois aspectos: pelos excedentes que produz, e que se realizam como mercadorias na economia de mercado, e pela absorção de excedentes demográficos, que não podem ser contidos na fronteira econômica. Desse modo, a frente de expansão faria parte da forma capitalista de produção (Martins, 1975), contribuindo ainda para a acumulação capitalista em termos de oferta

de mão-de-obra abundante e barata e na abertura do espaço para uma posterior ocupação pela fronteira econômica.

Outra característica marcante da “frente de expansão” é o uso privado de terras devolutas, no qual não se configura a propriedade da terra, não assumindo a mesma a equivalência de mercadoria. A figura central é o posseiro ou ocupante (Martins, 1975). Quando se passa da produção de excedentes para a produção de mercadorias, quando se implanta a propriedade privada da terra, que em vez de ser ocupada é comprada, ter-se-ia a “frente pioneira” (Martins, 1975). A “frente pioneira” se instala como empreendimento econômico, com empresas imobiliárias, ferroviárias, bancárias, comerciais etc. Com a frente pioneira se intensifica a ocupação pelo afluxo de migrantes, loteiam-se terras devolutas ou não, e os preços das terras sobem vertiginosamente (Waibel, 1958). Como coloca Waibel (1958), o “pioneiro” não só expande o povoamento, mas o intensifica e imprime nas áreas uma nova forma de ocupação e de vida, inclusive introduzindo novas técnicas. No entanto, o sentido de “pioneiro” pode ser tomado em termos relativos, visto que ele próprio não inova, mas apenas reproduz, na área da frente pioneira, as relações sociais da sociedade a que pertence, e que se tornam inovações em face da ocupação anterior, de posseiros, de índios ou de antigos ocupantes.

Entende-se então a “frente pioneira” como uma modalidade de estender a fronteira, incorporando novas áreas ao sistema produtivo, onde vão se reproduzir as relações sociais que estão na base do mesmo. Assim sendo, consideramos que a questão deve ser colocada não apenas como uma ampliação da área ocupada, mas como a inserção dessas áreas na divisão de trabalho no espaço, devendo-se atentar não apenas para a ocupação, mas também para a apropriação do espaço, para as relações de trabalho, para a produção e suas ligações com o mercado, para a especulação, uma vez que a terra se torna mercadoria. Dentro desta colocação, poderíamos pressupor um fechamento da fronteira para a “frente de expansão”, não tanto pelo fato de não existirem mais terras a ocupar, mas, principalmente, pela condição de ocupação com a propriedade da terra, fato que se impõe à expansão do espaço da produção capitalista. As áreas onde ainda persiste a ocupação de posseiros e ocupantes se tornam focos de tensões e conflitos pela posse da terra.

Na fase atual do processo de expansão da fronteira, não obrigatoriamente a “frente de expansão” ocorreria, e, dentro da lógica do próprio processo, pode-se admitir que a mesma tenda a ser superada. O movimento pioneiro permitiu o surgimento de numerosas propriedades rurais de tamanho médio e pequeno, exploradas pelo próprio dono ou por parceiros (meeiros) (Waibel, 1958). Leo Waibel admite que seria o surgimento do pequeno produtor rural (proprietário) no Brasil (Waibel, 1958). Considera-se, então, a “frente pioneira” como um empreendimento capitalista, como uma forma de inserção do campo no sistema capitalista, especialmente pela condição da propriedade privada da terra (ainda que seja a pequena propriedade), pelos investimentos em compra de terra, pela renda que a terra passa a dar aos proprietários ausenteístas (que as arrendam ou vendem), pela produção voltada para o mercado, ainda que não se verifiquem investimentos de capital na produção e que as relações de traba-

Iho se configurem como não tipicamente capitalistas (colonato, parceria, meação, arrendamento em espécie) (Martins, 1975).

O estudo da Frente Pioneira de Goiás na região denominada de Mato Grosso de Goiás (Fig. 2) se prende ao objetivo de entender o processo de avanço territorial da produção capitalista, ou seja, a formação do espaço do capital no Brasil, tomando-se a frente pioneira como um momento nesse processo, como uma das modalidades por meio da qual se integraram novas áreas ao sistema de produção. Não se pretende explicar especificamente essa frente pioneira, mas tomá-la como uma via de análise segundo o objetivo exposto. Faz-se necessário, no entanto, situá-la no contexto histórico em que se deu. Essa frente pioneira está envolvida pelo discurso ideológico da "Marcha para o Oeste".

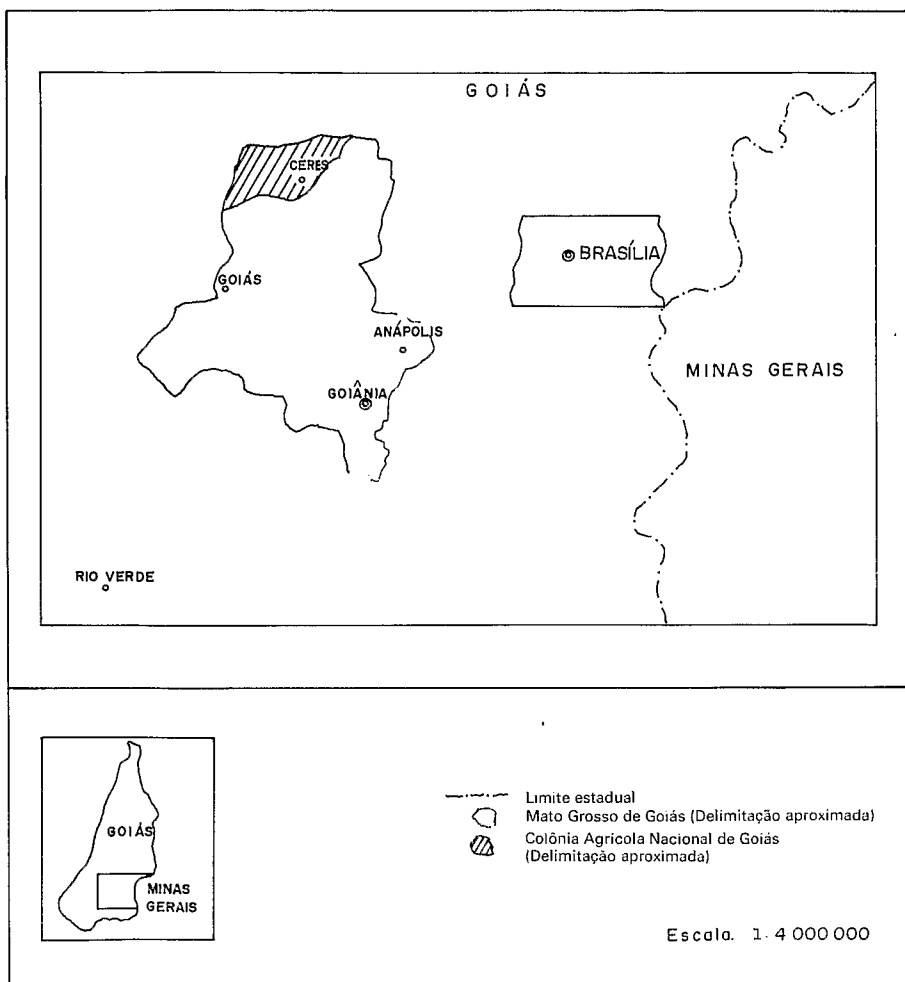


FIGURA 2 — O MATO GROSSO DE GOIÁS E A CANG

Costuma-se atribuir à mesma a solução de problemas que vão desde segurança nacional (necessidade de ocupar áreas praticamente desocupadas), ao de reduzir tensões sociais urbanas (revertendo o fluxo migratório que demandaria as cidades do Sudeste) e ainda quanto ao abastecimento do mercado urbano com alimentos.

Pretende-se enfocar a frente pioneira do Mato Grosso de Goiás apenas no que diz respeito à forma de ocupação que com ela foi implantada, ou seja, a pequena propriedade mercantil, e o povoamento da área.

Tomamos como marco temporal a década de 40 que é apontada por diversos autores como Wailbel (1958) e Faissol (1952) como sendo a fase áurea daquele movimento e ainda porque é quando se oficializa a mesma com a criação pelo Governo Federal da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1941.

Por essa época, o País se voltava para o desenvolvimento urbano-industrial com a industrialização substitutiva de importações, passando a produção para o mercado interno a ganhar importância. Firma-se o Sudeste como centro dinâmico do desenvolvimento nacional. O crescimento demográfico, mudanças na agricultura e desagregação da economia de subsistência já expulsavam população do campo, especialmente no Nordeste e em Minas Gerais (Ballann, 1972). Pode-se considerar a existência de correntes migratórias provenientes das regiões menos dinâmicas, que não ofereciam condições de absorver a população resultante do crescimento demográfico, mas também, dentro do próprio Sudeste, pelas mudanças impostas ao campo pelo desenvolvimento urbano-industrial. A antiga frente pioneira do café também estaria gerando seus excedentes populacionais. Segundo Monbeig, a fronteira aberta pelo café em São Paulo já apresentava esgotamento de solos e sinais de despovoamento, estando o pequeno proprietário e o sitiante sempre prontos a seguir adiante, em busca de terras que lhes permitissem uma rentabilidade sem necessidade de investimentos de que não dispunham. A situação desses pequenos produtores já era precária; tendo esgotado os seus recursos com a compra da terra, não podiam se permitir pagar mão-de-obra e tinham até mesmo que suplementar sua receita como meeiros nas grandes propriedades (Monbeig, 1952). A fronteira aberta no norte do Paraná, com a colonização particular por firmas colonizadoras, exigia uma certa disponibilidade de capital para a compra da gleba. Para o migrante sem recurso restava a alternativa das cidades do Sudeste ou de alguma nova fronteira que se abrisse. As terras abundantes e vazias do Mato Grosso de Goiás, representadas pelas áreas de mata não ocupadas pela pecuária, que aí se implantara desde longa data, quando do declínio da mineração, parecem alternativa lógica para a instalação dos migrantes sem recursos e que tenderiam a aí desenvolver lavouras de alimentos para venda de excedente para o mercado. Não se pode excluir a possibilidade de uma frente de expansão ou mesmo uma frente pioneira no Mato Grosso de Goiás anterior aos anos 40.

Pode-se admitir ainda o início da valorização da área, antes dos anos quarenta, pelos investimentos governamentais em estradas e com a construção de nova capital do Estado, Goiânia, em 1936, no Mato Grosso de Goiás.

A ligação de Anápolis com o Sudeste por ferrovia, desde 1935, torna possível a comercialização de produtos, condição indispensável para a implan-

tação de ocupação voltada para a economia de mercado. Além da possibilidade de comercialização, a rentabilidade dos investimentos na compra da terra seria garantida pela fertilidade dos solos das matas e pela abundância de terras. Por outro lado, a produção de lavouras tradicionais de alimentos para atender ao mercado urbano do Sudeste não exigia investimentos, como no caso da lavoura de café. Ainda, o preço menor dessas terras do que das de São Paulo ou do Paraná as torna competitivas, não obstante a distância dos mercados. Tem-se assim um quadro de vantagens locacionais para que se implantasse a frente pioneira, com a pequena propriedade de produção para o mercado.

O Estado foi o indutor desse processo, colocando as bases para a produção voltada para o mercado, através de implantação da infra-estrutura viária, do loteamento de terras devolutas e com a criação da CANG. Com essas medidas o Estado aciona o gatilho para estimular o movimento de migrantes para a região, movimento esse que vai muito além da colônia oficial. Speridião Faissol, em seu trabalho “O Mato Grosso de Goiás” (1952) estabelece os limites da área abrangida pela frente pioneira do Mato Grosso de Goiás que se estende pelo sudoeste e centro-sul de Goiás, a partir de Anápolis (Fig. 2).

Segundo o mesmo autor, era uma área de mata e que, portanto, estava desprezada pela ocupação antiga da região com a pecuária extensiva. Não se tratava, portanto, de região propriamente desocupada, mas escassamente ocupada. Pelo Censo de 1940 (IBGE, 1940), essa área abrangia um total de 202.000 pessoas e com uma densidade média de 4 habitantes por km². Essa população era eminentemente rural (80%) com uma densidade de ocupação da área rural de 7 hab. por km² (considerada aqui somente a área total abrangida pelos estabelecimentos rurais, propriedades ou não). Nota-se que essa área ocupada pela atividade agrária era de menos de 50% da área total dos municípios, podendo se inferir ainda grande quantidade de terras e de matas a desbravar. As cidades, assim consideradas por serem sedes municipais, sequer atingiam aos 1000 habitantes, a não ser Goiás (a antiga capital do Estado), Anápolis (o mais importante centro comercial) e a nova capital, Goiânia, recém-construída, mas que já era a de maior população, com 7000 habitantes. Não apenas pelos totais populacionais, mas também pelas atividades de comércio e industriais, pode-se concluir pela fragilidade da vida urbana da região. No meio rural dominava a forma de exploração *agropecuária* (quer pela superfície: 58% da área explorada, quer pelo número de estabelecimentos nesta modalidade: 71%), com produção em pequena escala (1) tanto na pecuária como nas lavouras, em seu interior. A agricultura era praticada sempre em pequena escala, seja nas unidades apenas de lavouras, seja no interior das fazendas de pecuária. A produção em grande escala ocorria apenas nas fazendas de pecuária, onde era predominante. Os estabelecimentos de lavouras eram os menores (área média de 42 ha), enquanto a pecuária era produzida nos grandes estabelecimentos (área média de 586 ha) e a

(1) O Censo do IBGE em 1940 e 1950 classifica a produção em grande escala e pequena escala, segundo o critério de área, tamanho do rebanho e produtividade em relação a diferentes regiões do País. (Ver recenseamento geral do Brasil, 1940, IBGE.)

agropecuária nos médios (120 ha). Produzia-se na região, além do gado, arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar (IBGE, 1940).

É neste quadro que vai se instalar a frente pioneira dos anos 40. Waibel (1958) se refere ao pioneiro como pequeno lavrador que cultiva terra que ele mesmo possui, produzindo produtos agrícolas para o mercado e se interessando pelas melhores terras, as de florestas, que os fazendeiros de gado tinham desprezado. Localizam-se os primeiros, preferencialmente, próximos à estrada de ferro.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi instalada a 140 km de Anápolis, criada por decreto presidencial de fevereiro de 1941. Posteriormente foi aberta uma estrada ligando-a a Anápolis. O decreto de criação da CANG estabelecia a área do lote de 20 a 50 ha, que seriam doados a pessoas pobres que se tornariam posteriormente proprietários, e que receberiam também instrumentos e casas, tendo a produção de lavouras como a principal finalidade. A sede da colônia, planejada juntamente com ela, recebeu o nome de Ceres. O projeto previa ainda que o colono deveria manter uma reserva de 25% de sua área com mata. Isto seria uma inovação no sistema tradicional de roças do brasileiro, que consistia em derrubar a mata, queimar, plantar lavouras durante algum tempo e depois mudar-se para outra área de mata e recomeçar o ciclo (Waibel, 1958). Os estatutos da colônia pretendiam mudar o sistema de agricultura itinerante para a agricultura permanente, com a rotação de culturas, tornando a região uma área de “agricultura moderna” (Faissol, 1953), o que significava mudanças de ordem técnica. Tinha a colônia o objetivo explicitado de colonizar a área (Faissol, 1952), que, no entanto, já estava sendo colonizada espontaneamente. O projeto de colonização esperava ainda fixar os migrantes no campo.

Independentemente dos resultados da colonização oficial, a frente pioneira, que ultrapassou os limites da CANG, trouxe mudanças à área, tais como: substituição da lavoura de subsistência pela lavoura comercial; a apropriação da terra pelo pequeno proprietário e não apenas pelo latifundiário; a inserção da área na economia de mercado através da lavoura, uma vez que pela pecuária já o era; o adensamento populacional com o povoamento do campo e a urbanização.

Com a frente pioneira adensa-se a ocupação do campo e cidades surgem ou crescem, dada a importância dos centros urbanos para o escoamento das mercadorias, principalmente em se tratando da pequena produção. Nas levadas de migrantes vinham também comerciantes. A região passa a atrair correntes migratórias.

Waibel em sua viagem à região em 1947 relata que “de Anápolis os mercadores e as pessoas eram levadas de caminhão para o norte e para o oeste, num raio de cerca de 150 a 200 km. Aí derrubavam-se as florestas, cultivavam-se as roças, abriam-se estradas, construíam-se casas e novos povoados surgiam em lugares que antes não estavam ocupados” (Waibel, 1958).

Os migrantes vinham de Minas Gerais (80%), de São Paulo e Bahia, e com isso o preço das terras no campo e na cidade crescia extraordinariamente (Waibel, 1958).

Durante e depois da Segunda Grande Guerra, os preços alcançados pelo

arroz estimulam sua produção e ele se torna o principal produto da região. O arroz dá bem em terras recém-desmatadas, e, dessa forma, além dos migrantes, também os fazendeiros de gado passam a desmatar e plantar arroz (Waibel, 1958). O arroz faz com que a fronteira se estenda, dada a necessidade de novas áreas para serem desmatadas e incorporadas ao sistema produtivo. A necessidade de baratear os custos de transporte do produto leva a que indústrias de beneficiamento de arroz se instalem nas cidades da região.

O arroz além de ser produzido para o mercado, tem o papel de cultura desbravadora e urbanizadora. A necessidade de mão-de-obra no plantio e na colheita adensa o campo, enquanto sua produção estimula as instalações comerciais e industriais nas cidades. Além do arroz, a frente pioneira produzia o milho (para a engorda de suínos vendidos sob forma de banha), o feijão e o café, segundo produto de exportação da região, era restrito em área e veio introduzido pelos migrantes paulistas (Faissol, 1952).

Com as lavouras, a produção de gado da região passa a ter uma perspectiva de melhora, devido à plantação de pastos nas áreas desmatadas pela lavoura (Waibel, 1959). Faissol (1952) relata a ocupação com pastos de antigas áreas de lavouras, onde os solos se tornaram empobrecidos. Já na década de quarenta observava-se a transformação de grandes áreas de florestas em invernadas, tendo se tornado impróprias para o cultivo do arroz. No caso da pequena propriedade, tendo o sistema de cultivo levado ao esgotamento do solo, o produtor era obrigado a migrar, dado que o tamanho de sua área (menos de 50 ha) não comportava a pecuária com as técnicas que empregavam (Faissol, 1952). Nota-se, então, em plena ocupação da frente pioneira, a tendência a curto e médio prazo de a pecuária vir a dominar sobre a agricultura.

Ao final da década de quarenta a região era a mais importante produtora de arroz, café, feijão e milho do Estado. O incremento populacional foi da ordem de 75% na década, estimando-se um total de 350.962 em 1950 (IBGE, 1950). A população urbana quase dobra e a rural aumenta de 71%, absorvendo 80% do crescimento total. A densidade rural atinge 16 hab./km² e a região continua sendo eminentemente de ocupação rural (79% do total) (IBGE 1950).

A exploração agropecuária já não tem a primazia de antes, competindo com as lavouras em número de estabelecimentos, mas ainda detém a maior proporção de área (49%); continua, no entanto, sendo a produção em pequena escala. As lavouras têm um grande impulso, quer pelo número de estabelecimentos, que passam a ser de 46% do total da região, quer pela área (21%), mas continuam sendo praticadas em pequena escala. A pecuária mantém seu peso relativo na ocupação e continua sendo praticada em grande escala. Quanto às áreas médias dos estabelecimentos, verifica-se que nas três modalidades houve ampliação de área, continuando a lavoura a ser praticada nos pequenos estabelecimentos e a pecuária nos grandes. A exploração mista da agropecuária continua a ser praticada nos médios (IBGE, 1950).

À frente pioneira pode-se atribuir o fato de predominarem em 1950 os estabelecimentos entre 50 e 100 ha, sendo que os abaixo de 100 ha correspondiam a 70% dos estabelecimentos. No entanto, a concentração fundiária se verifica, dado que estes 70% ocupavam apenas 17% da área. Metade da superfície total é ocupada com estabelecimentos de 100 a 1000 ha.

2. A PEQUENA PROPRIEDADE E O ESVAZIAMENTO DO CAMPO

A região do Mato Grosso de Goiás é, atualmente, segundo dados do IBGE para 1980, uma área de intenso esvaziamento do campo e também, de certa forma, de esvaziamento urbano. Com exceção de Anápolis e Goiânia, observa-se, nas demais cidades, se não o decréscimo absoluto da população urbana, o decréscimo relativo. Costuma-se relacionar o esvaziamento do campo à grande propriedade, à latifundização e ao desaparecimento da pequena propriedade. No entanto, na região a questão se coloca de forma diferente. A pequena propriedade que se implantou espontaneamente ou oficialmente persiste, como também o latifúndio, que existia antes da chegada da frente pioneira. O fato de a pequena propriedade ser ainda marcante na região permite-nos afastar a hipótese da latifundização, apenas para explicar o esvaziamento do campo. Por outro lado, o esvaziamento do campo costuma ser correlativo do crescimento urbano intenso, o que no caso também não ocorre.

O problema se apresenta, então, em termos de esvaziamento do campo em área de pequena propriedade, como uma primeira colocação, e uma segunda seria a questão do não-crescimento urbano, que não será abordada no âmbito desse trabalho. A implantação da pequena propriedade pelo governo tomou de certa maneira o aspecto de uma "reforma" a nível local, com a introdução de uma nova modalidade de apropriação da terra (pelo pequeno proprietário e não apenas o grande), com o adensamento da ocupação em área escassamente ocupada, com a produção agrícola para o mercado (onde antes era a subsistência e pecuária), prevendo a fixação do homem no campo com a posse da terra e com isso absorver excedentes populacionais de outras áreas. Passados quarenta anos, os resultados permitem questionar a estratégia empregada.

Como unidade de observação e de análises tomamos o município de Ceres, por ter sido aí implantada a colonização oficial e assim concentrada a pequena propriedade. Se bem que não tenha sido a área toda do município loteada para a colônia, é onde ainda se encontra a incidência maior da pequena propriedade (92% do total delas com menos de 100 ha) e especialmente por não existir aí praticamente a grande propriedade (apenas 3 com mais de 1000 ha).

Em Ceres, os dados censitários de 1980 (FIBGE, 1980) permitem traçar o seguinte quadro: os estabelecimentos listados pelo Censo seriam todos propriedades, especialmente individuais (98%), o que significa que não haveriam mais terras de posseiros ou terras devolutas, e que a apropriação por empresas, cooperativas ou entidades é desprezível (2%). Trata-se, então, da propriedade privada da terra que se distribui em 1.938 propriedades, sendo 93% das terras exploradas por proprietários em suas próprias terras (88%) e em alguns casos em terras arrendadas ou ocupadas de outro proprietário (5%).

As formas de exploração indireta por posseiro, arrendatário, meeiro ou parceiro tornam-se bem reduzidas. Quanto à estrutura fundiária, guarda as marcas da colonização: 52% das unidades da produção correspondem à classe de tamanho do módulo da colônia (10 a 20 ha) e o latifúndio é praticamente inexistente. Não obstante estas características, não se exclui a concentração de terras que se dá ao nível dos médios estabelecimentos (100 a 1000 ha), os quais ocupam 45% da área representando apenas 8% do número total dos estabelecimentos.

TABELA 1 – CERES – GO – USO DA TERRA/1980

A – Segundo o ramo de produção					B – Segundo a ocupação das terras		
Ramo	Área ha	%	Estabelecimentos		Modalidade	ha	%
			N.º	%			
Agrícola	29.770	39	1.160	60	Lavouras	19.729	27
Pecuária	40.000	52,5	622	32	Pastagens	47.171	65
Agropecuária	5.986	8	125	6,5	Matas	4.644	6
Outro	422	0,5	31	1,5	Não aproveitadas	1.307	2
	76.181	100	1.938	100	Improdutivas	72.851	100
						3.330	
						76.181	

Fonte dos Dados – Censo Agropecuário – 1980.

Note-se ainda a importância do minifúndio (menos de 10 ha).

Quanto ao uso da terra, a pecuária passou a predominar tanto em termos de área produtiva ocupada com pastagens como em relação à área agrícola total ocupada pelos estabelecimentos pecuaristas.

A pecuarização se expressa ainda pelo valor da produção. Em 1980 a produção animal se equivalia à vegetal e, em 1983, o valor da produção animal correspondia a quase o total da produção agrícola municipal. O processo da pecuarização atinge inclusive propriedades de menos de 50 ha. Quanto à lavoura, é bastante disseminada pelos estabelecimentos, trata-se da lavoura temporária em pequena escala. Dos estabelecimentos que têm lavoura, 72% a fazem em áreas de menos de 10 ha. A grande lavoura é praticamente inexistente.

O processo de pecuarização já aparece em meados da década de 60 na região, o que se evidencia pela orientação da agricultura (em termos de valor da produção) predominantemente voltada para a produção animal. A pecuarização ao nível da pequena propriedade pode ser explicada porque o pequeno produtor se dedica à produção (leite, ovos, aves, pequenos animais, bicho-da-seda) que lhe permite o retorno mais rápido e regular do capital aplicado. O valor obtido com essa produção compete com o valor das lavouras tradicionais de alimentos. Não se constata a penetração de nenhuma das grandes lavouras comerciais no município (dados de 1983). Pelo fato de praticamente não haver ocupação de mão-de-obra assalariada permanente ou temporária, pode-se inferir a manutenção da estrutura familiar. A residência do produtor é outro dado que pode mostrar o caráter de produção familiar. Nas propriedades de menos de 50 ha o proprietário reside na propriedade rural, de um modo geral. Nas de mais de 100 ha ele mora na cidade próxima ou em outra, assim como alguns dos proprietários de áreas de mais de 50 ha (FIBGE, 1980).

Não se verificam os investimentos de capital e de trabalho que permitam admitir níveis de intensidade de produção.

Pode-se concluir que não se trata da produção intensiva em capital nem de produção que absorva intensamente a mão-de-obra, portanto intensidade baixa de produção.

Os índices de produtividade corroboram esse aspecto, dado o decréscimo da produtividade do arroz, e extraordinária redução da do feijão, sendo que o milho se mantém, em relação a 1960.

Por estas características, pode-se concluir que não esteja havendo investimentos de capitais de forma a alterar a estrutura anterior, montada com base na pequena propriedade mercantil. A grande lavoura comercial não penetrou no município. Para explicar esse fato, pode-se admitir a confirmação das hipóteses seguintes: a topografia acidentada não atraiu a grande lavoura, pela dificuldade de mecanização e, por outro lado, a existência de terras próximas mais favoráveis. As terras já esgotadas e ou praguejadas demandariam investimentos em insumos, maiores que em outras áreas, que apresentam vantagens locais sob esse aspecto. A estrutura fundiária com excessiva fragmentação teria também dificultado o remembramento.

Não havendo, pelo menos até então, a pressão para compra dessas terras, no sentido de formar grandes propriedades, a estrutura se mantém. No entanto, a manutenção dessa forma de ocupação se dá com mudanças no seu conteúdo

do social e econômico. O pequeno produtor, em muitos casos, já não é mais o mesmo que comprou ou que recebeu do governo o lote. Por outro lado, a ausência de sintomas de intensificação permite admitir que não tenham se tornado pequenos produtores dinâmicos (modernizados). Sobrevive a pequena propriedade, em moldes familiares, segundo algumas estratégias a saber: a produção de leite para venda aos laticínios ou ao intermediário, que o comercializa informalmente nas cidades próximas; criação de pequenos animais; algumas lavouras e a criação do bicho-da-seda para venda à indústria (de São Paulo), que se constitui na inovação promissora na área. A pecuária que é feita nos pequenos estabelecimentos, é ela mesma sintoma de esgotamento e de não-aproveitamento das terras. A estratégia de sobrevivência do pequeno produtor é se tornar assalariado externo dessas indústrias que lhe impõem o tipo de produção, o preço, a quantidade, que lhe financiam por vezes (como no caso do bicho-da-seda) e das quais ele passa a depender. Dessa forma, o pequeno produtor se torna um assalariado externo da indústria se proletarizando mesmo ainda no campo. Outra forma de vida desse produtor é alimentando, com sua pequena produção, o setor informal do abastecimento urbano. Tendo ele próprio se tornado de certa forma assalariado, não tem condições de empregar outros e utiliza apenas a família.

A estrutura da pequena propriedade sobrevive ainda de forma improduti-va para lazer ou como investimento de cidadãos da área e de fora. A terra como mercadoria fica estocada à espera de valorização.

O esvaziamento poderia ser explicado por um processo que praticamente se implantou na época da frente pioneira, e que se acelerou nos últimos dez anos.

O processo de esvaziamento já teria se iniciado mesmo quando os saldos migratórios altamente positivos não permitiam que aparecesse. A mobilidade escondia o esvaziamento. Como coloca Faissol (1952), já no final da década de 40 as terras ocupadas há mais tempo apresentavam esgotamento e o pequeno produtor seguia adiante, na região, em busca de novas áreas a desbravar. De um lado as condições técnicas não permitiriam a fixação, uma vez que pela qualidade dos solos não agüentariam ser trabalhados nos moldes rudimentares em que se fazia na região, sem nenhum cuidado em preservá-los.

Por outro lado, a cultura desenvolvida, o arroz, que tinha cotação no mercado, era ela própria fator de mobilidade espacial, nos moldes em que era praticada. Instável por sua dependência às oscilações do mercado e móvel por razões de ordem técnica ela contribuiu para a não fixação de uma forma de ocupação do território.

O tamanho dos lotes aliado às técnicas adotadas foi outro fator de esgotamento, empobrecimento e conseqüente não-fixação da população. O pioneiro, com as técnicas que adotava para não esgotar o solo, teria que deixar a terra em descanso algum tempo. O tamanho do lote não permitia isso. As alternativas que se colocavam para ele seriam: intensificar a produção com uso de novas técnicas e com insumos; migrar para áreas mais favoráveis e recomeçar; continuar com a lavoura com menos produtividade e empobrecer; passar à pecuária, quando o tamanho da propriedade assim o permitisse. Como a primeira delas não parece ter ocorrido com as demais a conseqüência seria a migração e o es-

vaziamento do campo, pela incapacidade da estrutura em conter a população que veio com a frente pioneira e mesmo, possivelmente, o crescimento vegetativo posterior.

Nos moldes técnicos da produção dos pequenos produtores, de um modo geral, a fixação fica na dependência da capacidade do solo em agüentar a pressão da ocupação e da exploração. A monocultura é um agravante dessa situação.

Não obstante, na década de setenta, a política agrícola do País tivesse incentivado, via créditos subsidiados, a produção agrícola, o pequeno produtor pouco ou nada se beneficiou disso, dado que os créditos concedidos se destinavam ao custeio (Tabela 2) basicamente, o que pressupõem condições de investimento. Por outro lado, a assistência técnica é vinculada aos projetos de financiamento, além de que a pesquisa e a tecnologia difundida é voltada para a intensidade de capital. Assim, o pequeno produtor fica duplamente marginalizado.

TABELA 2 – CRÉDITOS – CERES – (GO)

% Dos créditos concedidos no ano				
Especificação	Atividade	1970	1980	1983
CUSTEIO	Agricultura	44	64	28
	Pecuária	3	4	1,5
	Indústria	0,3	0,01	0,08
INVESTIMENTO	Agricultura	4,5	20	17
	Pecuária	14	4	3
	Indústria	0,1	—	44
COMERCIALIZAÇÃO	Agricultura	33	16	6
	Pecuária	0	0	0
	Indústria	—	—	—
TOTAL	Todas as atividades	100	100	100

Fonte dos Dados — BANCO DO BRASIL S.A. — Agência em Ceres (GO).

O esvaziamento do campo se explicaria, então, pelo fato de que a pequena propriedade não se tendo dinamizado se tornaria um viveiro de mão-de-obra, formando ela própria seus excedentes populacionais, tornando-se foco de emigração. O produtor rural que ainda permanece na condição de dependência da produção para a indústria pode ser considerado um assalariado e, como tal, um migrante em potencial. Por outro lado, a pecuarização da região se coloca como um elemento a mais na não-absorção dessa mão-de-obra no local.

3. A GRANDE LAVOURA COMERCIAL E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DE RIO VERDE (GO)

Admite-se que, atualmente, o avanço da forma capitalista no espaço já não se dê nos moldes e nas proporções das “frentes pioneiras”. Tal fato pode conduzir à idéia de fechamento da fronteira, considerando-a como algo pronto, acabado. Propomos que se tome o conceito de fronteira como algo transitório, provisório e que tem o seu papel na incorporação de novas áreas ao sistema produtivo, as quais, como tal, vão ser modificadas ao longo do tempo, dentro do processo de produção. Assim, não só a fronteira não significaria uma forma fixa de ocupação e de estruturação do espaço, como novas fronteiras poderiam se abrir, em pontos diferentes do espaço. A colocação da questão da expansão da fronteira vista apenas em termos de ocupação e, especialmente, de ocupação de áreas virgens, ou praticamente desocupadas, e ou de terras devolutas, pode esconder o outro lado da problemática, que seria o de novas formas de ocupação em áreas anteriormente apropriadas (como a das antigas frentes pioneiras), ou áreas de antiga ocupação de posseiros e ocupantes, e ainda áreas que, inseridas na produção de mercado, teriam no seu interior formas não tipicamente capitalistas, como meeiros e agregados. Considera-se, então, a possibilidade de novas fronteiras se abrirem ao capital pela transformação da ocupação, em termos de apropriação e de exploração, e pela forma como passam a contribuir para a acumulação capitalista.

Por outro lado, áreas livres poderiam ser apropriadas pelo capital, de forma produtiva ou especulativa, sem necessariamente passarem pela fase de ocupação da frente de expansão ou frente pioneira com a pequena propriedade familiar. A característica marcante desta nova fase de expansão do capital no espaço não seria apenas a transformação da terra em mercadoria. Marcam esta fase a instauração da renda da terra, do investimento na produção, da produção especializada, das mudanças nas relações de produção, a supressão das formas não-capitalistas de produção (como a produção de subsistência) e a submissão da agricultura à indústria. Pode-se, então, admitir as transformações que vão ocorrer nas áreas atingidas por esse processo de mudança e até mesmo considerar uma reestruturação do espaço. Esse processo assume contornos empíricos, a saber: supressão das formas de produção de subsistência (parceria, meação, arrendamento em espécie, posseiros etc.); expulsão do campo da população ligada a essas modalidades e conseqüente esvaziamento do campo como local de moradia da mesma; emprego de mão-de-obra móvel, assalariada; transformação do trabalhador rural em urbanista pelo assalariamento, e conseqüente reforço do contingente urbano das cidades próximas e dos povoados, que se tornam o lugar de residência e reprodução da força de trabalho; emprego da mecanização; racionalização da ocupação da mão-de-obra de forma temporária, apenas nas épocas necessárias e, conseqüentemente, transformação do trabalhador do campo em trabalhador temporário (bóia-fria ou diarista, empreiteiro); concentração fundiária pela eliminação dos estabelecimentos de posseiros, meeiros e dos minifúndios, pela valorização das terras, pelo aparecimento da grande empresa rural; utilização de insumos industriais, o que liga o meio rural aos centros industriais; intensificação da produção; racionalização do uso da terra; im-

plantação da grande lavoura para a exportação. Destaca-se, nesta fase, o caráter eminentemente urbanizador e esvaziador do campo, enquanto a frente pioneira povoava o campo e criava cidades.

Com o estudo de caso, Rio Verde, pretende-se analisar as mudanças que ocorrem na organização da produção e suas conseqüências na organização do espaço, com a implantação da grande lavoura comercial. Considera-se que esta é a nova forma que assume a expansão do capital no campo, reincorporando novas áreas ao sistema produtivo. Como foi colocado anteriormente, o desenvolvimento da agricultura passa a ser acionado pelo desenvolvimento industrial. A produção agrícola se destina ao abastecimento das indústrias e depende da produção destas, sob a forma de insumos e de máquinas, para intensificar e racionalizar a produção, que passa a se fazer em moldes industriais.

Esse processo tem se intensificado no Brasil, especialmente depois de 1970, quando a política agrária o induz, criando as condições infra-estruturais viárias para interligar o espaço e pelos créditos à lavoura.

A penetração de capitais privados numa área, para operar com rentabilidade compatível, busca se beneficiar de vantagens locais como: infra-estrutura viária e de comunicações, preço da terra, facilidades operacionais como a qualidade de solo (no caso da agricultura) e mão-de-obra disponível, dentre outras. A acumulação capitalista tem como condição básica a condição assalariada da mão-de-obra, sua mobilidade e a circulação da mercadoria.

As terras do cerrado passaram a se tornar atrativas aos investimentos em grandes lavouras, desde que ficaram acessíveis com a implantação de estradas e de meios de comunicação e, ainda, por ser tecnicamente possível utilizá-las para lavouras, com o emprego de corretivos. A possibilidade de valorização do capital com a utilização de áreas antes inaproveitadas ou com baixa rentabilidade leva ao movimento de expansão da fronteira agrícola.

Em Rio Verde, encontramos estas vantagens expressas em: grandes vazios demográficos (densidade rural de 2,9 hab./km em 1970) e de ocupação com terras subutilizadas pela pecuária, ou áreas inaproveitadas; topografia suave facilitando a mecanização; acesso por estradas asfaltadas ligando o município ao Sudeste; terras não valorizadas pela ocupação; qualidade dos solos, possíveis de correção e próximo a jazidas de calcário, barateando o preço do corretivo; estoque de mão-de-obra, já decorrente da migração rural expulsa do campo pela incapacidade da pecuária em absorvê-la; estrutura fundiária calçada em grandes glebas, facilitando a implantação sem necessidade de remembramento de grandes e médias fazendas.

Implanta-se a lavoura temporária de soja, produto de cotação no mercado, especialmente para exportação, em meados da década de 70, coincidindo com a implantação do Polocentro (1975) e o asfaltamento da rodovia que liga Rio Verde a Itumbiara (1974), permitindo-lhe o acesso permanente ao Sudeste e a Brasília.

O plantio de soja está atrelado ao uso de tecnologia, de mecanização, emprego de capital (subsidiado pelo governo), racionalização do uso de mão-de-obra (pouco usada e só temporariamente na época de preparo e colheita), o assalariamento como relação de trabalho, a figura do "lavorista" (paulista ou su-

lista, migrante com características mais de empresário que de camponês), a intensificação da produção e ampliação do espaço produtivo.

Pode-se deduzir facilmente as mudanças que se implantariam na região. Pretende-se traçar os contornos empíricos desse processo de mudança em termos de estrutura fundiária, emprego, mobilidade populacional e urbanização. Note-se que no caso de Rio Verde o fato é bem recente, tendo se iniciado nos meados da década de setenta, mas tomado impulso depois da de 80.

A grande lavoura comercial por suas características demanda grandes extensões de terra. A soja no município é plantada de 200 a 2000 ha, de um modo geral, em face do porte dos investidores. Não se trata, no caso, de grandes empresas ou do grande capital individual, mas de agricultores do Sul que têm algum recurso para comprar terras ou arrendar, para comprar máquinas e que se apóiam nos créditos agrícolas para custear a produção. A cultura da soja encontrou os espaços livres de que necessitava nas terras ociosas das fazendas de pecuária, se instalando no distrito onde a pecuária era menos desenvolvida. A lavoura não vem competir com a pecuária, em termos de área, embora se direcione para os campos do topo das chapadas, com topografia suave, que constituem as pastagens naturais. Dada a racionalidade que comanda esse tipo de produção, pode-se admitir a tendência à concentração fundiária a níveis de tamanho médio e grande, inferiores aos dos grandes latifúndios pecuaristas. Essa tendência se comprova com a comparação da estrutura fundiária do município entre 1970 (antes da entrada da soja) e em 1980 quando ela começa a se expandir. Nota-se, então, a ampliação do número de estabelecimentos de 200 a 2000 ha, que passaram a deter extensão maior de área, representando (1980) 58% da área agrícola do município (FIBGE, 1980). Por outro lado, observa-se a redução do número de estabelecimentos em todas as demais categorias: nos maiores de 2000 ha e nos menores de 200 ha, com redução também da área ocupada por essas classes de tamanho. Os de mais de 2000 ha têm uma perda de 49.000 ha, área essa que foi desmembrada em estabelecimentos de 200 a 2000 ha. A classe mais afetada foi a dos de menos de 10 ha: minifúndios. De 70 a 80 deixaram de existir 85% dos mesmos, cujas áreas vão se incorporar a classe dos de 200 a 2000 ha. Tem-se notícia de que muitos daqueles pequenos proprietários venderam suas terras e foram comprar outras em regiões mais distantes; outros foram para a cidade de Rio Verde. Essas mudanças de tamanho dos estabelecimentos vêm acompanhadas de outras, como a redução das pequenas lavouras de subsistência e da produção de excedentes. Havia, também, outras lavouras em 1970: arroz, milho e algodão, praticadas em propriedades grandes e médias, porém em áreas predominantemente de menos de 100 ha. Em 1980 a lavoura passa a ser praticada principalmente em áreas de mais de 100 ha, tendendo a se ampliar esse módulo se considerarmos que a área de soja triplicou de 83 a 85 e que ela se faz em áreas de mais de 200 ha (FIBGE, 1980). Desaparece, em parte, também, a figura do ocupante, e do arrendatário (em espécie). Em 1980 se firma a condição do produtor proprietário (80% dos estabelecimentos) e surge o arrendatário de glebas médias e grandes (FIBGE, 1980).

Suprimidas as pequenas unidades de produção, de proprietários e de ocupantes ou arrendatários das terras dos grandes proprietários, com elas saem seus habitantes. A nova produção requer mão-de-obra assalariada e temporária e

TABELA 3 – RIO VERDE – GO – POPULAÇÃO E OCUPAÇÃO – 1970/1980

	Local de Residência	1970		1980		Variação %
		Total	%	Total	%	
População	Cidade	22.339	40	47.624	63	113
	Vilas	4.714	8	8.061	11	87
	Meio Rural	28.654	51	19.009	25	- 34
Total		55.707	100	74.694	100	35
Ocupação	Atividade					
	Agropecuária	10.335	63	11.793	42	14
	Indústria	1.350	8	3.506	13	160
	Comércio	846	5	2.743	10	224
	Serviço	3.192	20	8.750	32	175
	Outros	596	4	666	2	—
Total		16.339	100	27.820	100	70

Fonte de Dados – IBGE – Censo demográfico, 1970/1980.

que se desvincula de uma produção de subsistência. Estes trabalhadores deixam de ter condições de residir no campo, passando a ter uma moradia urbana ou migrando para outras áreas rurais. Dá-se, então, o esvaziamento do campo. Muito embora a lavoura comercial seja mecanizada e poupadora de mão-de-obra, estoca essa mão-de-obra para ocupar só em certas épocas do ano: na colheita e no preparo da terra. O trabalhador rural tornado assalariado e urbanita, a força de expulsão do campo, fica nas cidades próximas, formando o exército agrícola de reserva. A análise da mobilidade populacional em Rio Verde mostrou que mesmo antes da chegada da soja já havia uma migração das fazendas do município para Rio Verde (Fig. 3). Essa migração é anterior a 70. Em 1960 já se fazia um loteamento urbano para a população de baixa renda, e em 1972 surge um bairro popular na periferia de Rio Verde, loteado pela prefeitura. Esses migrantes provinham das fazendas de gado, que já produziam seus excedentes populacionais. Com a intensificação da ocupação pelas primeiras lavouras de arroz, milho e algodão, surgem oportunidades de trabalho no município e nas proximidades, e novos migrantes do campo de Rio Verde e da região vêm para a cidade e para os povoados. Essa migração é mais recente que a anterior. Mais recentemente, com a ampliação da área de soja, são atraídos migrantes que vêm de outras regiões diretamente para a cidade e povoados (Penna, 1985).

Esses trabalhadores rurais são diaristas e temporários: bóias-frias, que, residindo na periferia da cidade ou nos povoados, alimentam o crescimento da população urbana (Tabela 4). Isto pode ser comprovado ainda pela ocupação

da População Economicamente Ativa (PEA). A atividade agrícola é responsável pela absorção de 42% da PEA total, em 1980 (Tabela 3).

Em 1985 estimativas da prefeitura local admitem cerca de metade da população urbana total do município como sendo assalariados temporários do campo. Essa mobilidade mostra adaptação e subordinação da mão-de-obra ao mercado de trabalho. Enquanto a lavoura temporária estiver se expandindo e não tiver se tornado mais mecanizada, pode ainda ser retida essa população das cidades locais e povoados. Uma vez que o meio rural passe a ocupar menos pessoas, elas tendem a migrar para outras frentes de trabalho ou para cidades maiores. Note-se que o emprego rural cresceu de 70 para 80.

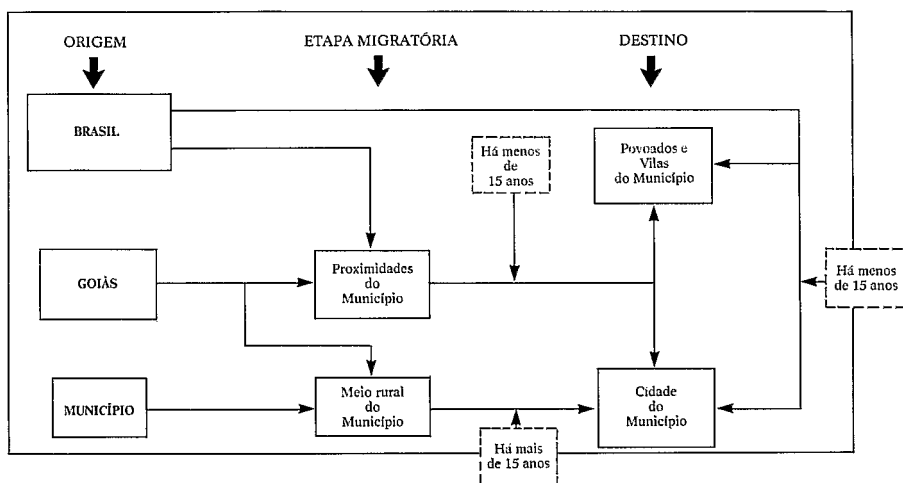


FIGURA 3 — MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

Fonte dos dados: fichas cadastrais dos trabalhadores rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Verde.

Não só as mudanças nas relações de trabalho contribuem para a urbanização. Deve-se destacar, além desse aspecto, o papel urbanizador da grande lavoura pelas atividades que estimula a nível local, a saber: de transporte, de armazenamento, de serviços bancários, de comércio de produtos agrícolas, implementos e máquinas, de serviços de reposição de máquinas e veículos. O fato de o novo produtor rural ser de uma classe social diferente dos antigos pequenos produtores leva a que ele resida na cidade mais equipada, próximo às suas terras. Essa nova classe possivelmente média e média alta é mercado para o comércio mais diversificado e serviços urbanos, além da demanda por moradia que dinamiza a construção civil. Os trabalhadores rurais se ocupam também na construção civil ou setor informal, na cidade.

Mudanças ocorrem ainda na pecuária que continua se impondo na produção agrícola.

O desenvolvimento da grande lavoura não bloqueou o desenvolvimento da pecuária, ao contrário, até contribuiu para intensificá-la. A formação de pas-

tagens torna-se economicamente mais viável com o preparo das áreas pelas lavouras, nos primeiros anos e depois o plantio de pastos.

Os proprietários pecuaristas arrendam suas terras para “lavoristas”, obtendo assim o pasto plantado a custos reduzidos.

Por outro lado, o sucesso do empreendimento agrícola os estimula a fazerem lavouras para baratear o custo da formação de pastagens. No caso de Rio Verde essa tendência se confirma pelo desenvolvimento da pecuária, também ela modernizada, vindo a superar de muito o valor da produção vegetal em 1983. Acentuando-se, assim, a característica de pecuaristas de épocas anteriores na orientação da agricultura.

Pode-se concluir, então, que a lavoura contribuiu para a expansão da pecuária.

A possibilidade de reconversão da lavoura em pecuária deve ser considerada, tendo em vista as facilidades técnicas para tal e pelo fato de que as lavouras são temporárias e submetidas às oscilações da cotação do produto. Sendo a produção de caráter especulativo, pode se converter no que der maior rentabilidade para o capital. Com a pecuarização a tendência é a menor oferta de empregos temporários.

REFLEXÃO FINAL

A implantação da ocupação pioneira marcou a fase de expansão com ampliação de terras (expansão horizontal), objetivando produzir alimentos, ocupar o território e povoar o campo, remanejando excedentes populacionais de outras áreas. Implanta-se especialmente a pequena propriedade para produzir para o mercado, atraindo mão-de-obra. Questiona-se os resultados da mesma em termos da sua incapacidade em reter a população que para aí teria migrado em busca de trabalho e de acesso à terra. Com a grande lavoura comercial intensifica-se o aproveitamento de áreas já ocupadas, mas pouco exploradas, intensifica-se a concentração da produção e das terras, produzindo para exportação e para a indústria. Em ambas a participação do Estado é decisiva, seja de forma direta ou induzida, tendo caráter ideológico de mudança e de reforma no meio rural. Mudanças e reformas essas que tiveram, como consequência, facilmente comprovável, o esvaziamento do campo e a transformação do trabalhador rural em trabalhador temporário.

Pode-se admitir a hipótese de transitoriedade e de mobilidade dessa nova fronteira. A persistir a forma atual de organização de produção, o esvaziamento do campo parece irreversível e tende a se acentuar. A urbanização local é a consequência lógica desse processo. Acumula-se nessas cidades e povoados um contingente de população de baixo nível de vida que pode migrar a qualquer momento para cidades maiores. Tem também a urbanização um caráter instável e de precárias condições de vida da população. Por outro lado, esse estoque de mão-de-obra abundante e barata pode se constituir em um atrativo à instalação de atividades industriais nessas cidades já de certa forma equipadas pela comercialização dos produtos agrícolas. Caso isso não ocorra, não só o campo se esvazia, mas também pode-se prever que as pequenas cidades se esvaziem ou não se dinamizem, constituindo-se em pontos de passagem dos migrantes.

BIBLIOGRAFIA

- BALAN, Jorge. Migrações internas no desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio histórico comparativo, in Balan, Jorge (org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972, pp. 109/184.
- FAISSOL, Speridião. *O Mato Grosso de Goiás*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980*, série regional-Goiás, Censo Agropecuário, Rio de Janeiro: FIBGE.
- _____. *IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980*, série regional-Goiás, Censo Demográfico, Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *V Recenseamento Geral do Brasil, 1940*, série regional-Goiás, Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. *VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950*, série regional-Goiás, Censo Demográfico, Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. *VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950*, série regional-Goiás, Censo Agropecuário, Rio de Janeiro: IBGE.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo; Pionier, 1975.
- MONBEIG, Pierre. *Pioniers et Planteurs de S. Paulo*. Paris: Armand Colin, 1952.
- PENNA, Nelba Azevedo. *Transformações no campo, estrutura fundiária e mobilidade da força de trabalho*. Brasília; UnB/CNPq, 1985 (mimeo.)
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.